

Dinâmicas territoriais e sustentabilidade: o papel do patrimônio cultural no Parque Nacional do Iguaçu

Samuel Klauck ¹

Thais de Oliveira ²

Resumo

O artigo "Dinâmicas territoriais e sustentabilidade: o papel do patrimônio cultural no Parque Nacional do Iguaçu" tem como objetivo explorar as interações entre patrimônio cultural, ambiente natural e sociedade dentro do contexto das áreas protegidas. A pesquisa foca no Parque Nacional do Iguaçu, analisando como a percepção e o reconhecimento dos valores culturais contribuem para a conservação ambiental. A metodologia subsidia-se em ensaio teórico, usando revisão de literatura com abordagem interdisciplinar, abrangendo áreas como geografia, cultura, antropologia e urbanismo. Os resultados destacam a importância dos valores culturais na eficácia das estratégias de conservação e no bem-estar das comunidades envolvidas, revelando que a gestão sustentável do parque pode beneficiar-se da integração de narrativas culturais. A pesquisa promove discussões sobre a coexistência sustentável e a conscientização pública, mostrando que a valorização do patrimônio cultural pode fortalecer os laços sociais e enriquecer a experiência dos visitantes, além de proporcionar uma compreensão mais rica e conectada do patrimônio natural e cultural global.

Palavras-Chave: Patrimônio cultural; Parque Nacional do Iguaçu; Sustentabilidade; Território; Unidades de conservação.

1. Introdução

Com objetivo de explorar inter-relações entre patrimônio cultural, ambiente natural e sociedade, este trabalho apresenta reflexões das contribuições da percepção, identificação e reconhecimento dos valores culturais para a conservação da natureza a partir de enfoque principal no Parque Nacional do Iguaçu.

Este ensaio teórico, na acepção de CRESWELL (2007), dirige revisão de literatura com abordagem interdisciplinar e assim discute conceitos e ideias, para análise crítica da temática conforme proposto por ADORNO (2003), construindo reflexões que interseccionam patrimônio, identidade, territorialidade e fronteiras ao perpassar por campos da sociologia, geografia, antropologia, planejamento e gestão para integrar diferentes perspectivas.

Complementarmente é utilizada a revisão de documentos oficiais, como o Plano de Manejo (ICMBIO, 2018) onde é explorado o zoneamento do Parque Nacional do Iguaçu, e

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (PPGHIS - UFPR); Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Foz do Iguaçu, PR, Brasil; E-mail: samuel.klauck@unioeste.br

² Doutoranda pelo programa de pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus Foz do Iguaçu, PR, Brasil; Bolsista CAPES. E-mail: thais.arquiteta@gmail.com

ainda o Plano da Nova Concessão (ICMBIO, 2021) ao qual é destacado os planos de expansão previstos no parque, para apoiar argumentação teórica.

A importância de fatores que estruturam as dinâmicas territoriais e interesses envolvidos justifica a relevância deste estudo, por trazer à luz fatores que influenciam as estratégias de conservação, impactam na preservação do patrimônio cultural e no bem-estar das comunidades envolvidas.

Com potencial de gerar repercussões positivas ao explicar a gestão, conservação e apreciação das Unidades de Conservação, a pesquisa considera a interação entre aspectos sociais e ambientais, promove discussão sobre coexistência sustentável, e a inclusão de narrativas culturais dentro da possibilidade de conscientização pública.

Estruturada em três seções além desta introdução, o estudo em seu primeiro tópico apresenta revisão de literatura, contextualiza dentro do enquadramento mais amplo das pesquisas já realizadas além de discutir relações entre patrimônio cultural e conservação ambiental; já no segundo tópico são abordadas intersecções a partir do histórico dos valores culturais no Parque Nacional do Iguaçu; e por fim no terceiro tópico com enfoque interdisciplinar, traz reflexões entre identidades, pessoas e espaço, ao propor diálogos com fronteiras, territorialidades e poder no contexto do Parque Nacional do Iguaçu (PNI).

Espera-se fornecer reflexões relevantes sobre as complexas interações da temática proposta, além de contribuir para entendimento das dinâmicas que definem a gestão sustentável desses espaços.

2. Revisão de literatura

A pesquisa dos valores do patrimônio cultural em áreas protegidas está inserida no contexto geral de compreender relações entre legado cultural e sua influência tanto no contexto social, quanto na conservação do ambiente natural. E, nesta condição, conforme discussões sobre Patrimônio Natural apontado por Karpinsky (2018), estabelecem-se relações da contribuição para definição de um bem natural como patrimônio da humanidade além de favorecer em avanço no diálogo interdisciplinar para compreensão das relações entre pessoas e natureza. Corroborado também pela discussão abordada por Vieira (2013) ao analisar os elos entre sociedade e o espaço, através do patrimônio cultural da Unidade de Conservação Parque Nacional da Tijuca pela percepção dos moradores do entorno.

Neste raciocínio é possível deduzir que além dos aspectos materiais e econômicos, a importância da natureza pelas relações de afeto e significado simbólico denotam valores das relações das pessoas com o meio ambiente por estarem ligadas a configurações de vínculos, respeito e pertencimento. As vinculações do indivíduo com o ambiente permeia relações variáveis e relativas, dependendo do ponto de vista, da noção de mundo, valores, universo imaginário, e desta forma compõem suas representações de realidade (político, religioso, estético) partilhadas com a coletividade (COELHO, 2014), reafirmado nas reflexões de Vieira (2013), ao destacar que o Parque Nacional da Tijuca dentro de seus atributos de patrimônio cultural além de atrativo turístico está mais relacionado com o imaginário social como representação da cidade do que realmente inserida na vida dos moradores ao entorno.

Estas relações com as comunidades que margeiam são da mesma maneira apontada por Filho (2013), que discute a gestão do patrimônio no Parque Nacional Serra da Capivara através da historicidade e narrativas interdisciplinares. Além de indagar pontos de confrontos na demarcação e implantação do Parque, aponta violência simbólica empregada para a expropriação das populações locais que dependiam dos usos socioespaciais da área. Diante desse cenário, uma abordagem interdisciplinar surge como essencial para unir diferentes disciplinas e investigar a complexidade dessas questões.

A narrativa interdisciplinar, é destacada por Creswell (2007), ao lembrar da contribuição na formação de equipes com abordagens diferentes, pela interdisciplinaridade devido à complexidade nas pesquisas em ciências sociais, além de permitir melhor compreensão das motivações históricas, culturais e espaciais subjacentes, que marcam as interações entre as comunidades e o ambiente em análise.

Neste contexto, é possível inferir que há limitações metodológicas pelas análises unidimensionais de uma determinada área do conhecimento, seja pela sociologia, economia, geografia ou planejamento urbano. Por sua vez, há coesão nas relações de interdependência quando se propõe diferentes formas de olhar as mesmas questões através da interdisciplinaridade. Isso é corroborado com Bertalanffy (2010) através da Teoria Geral dos Sistemas ao analisar a interdependência recíproca dos elementos, que apoia o enfrentamento de desafios contemporâneos, e ao focar esta teoria aplicada às ciências sociais destaca que "*as dificuldades não estão somente na complexidade dos fenômenos, mas também na definição das entidades consideradas.*" (BERTALANFFY, 2010, p. 251).

Essa interdisciplinaridade também pode ser verificada em Fernandes-Pinto (2017), que pauta seu estudo em referencial teórico interdisciplinar por meio de pesquisa qualitativa e

exploratória. Com ele os elos entre natureza e cultura bem como as contribuições em áreas protegidas ao inspirar a reconexão dos valores culturais e espirituais com a sociedade, destacam a invisibilidade da problemática que contrasta com relevância social deste fenômeno apontado como recorrente.

A invisibilidade dos aspectos culturais que envolvem o Parque Nacional do Iguaçu coloca em xeque o potencial oculto dos valores patrimoniais materiais e imateriais nesta Unidade de Conservação, tanto para os visitantes e comunidades no entorno da UC, quanto para o próprio Parque. Percebe-se, portanto, que estes benefícios se estendem além das fronteiras ao permitir compreensão mais rica e conectada do patrimônio cultural global com os valores culturais do patrimônio material e imaterial do Parque Nacional do Iguaçu.

Neste contexto é compreensível que o patrimônio quando oculto resulta em sua subvalorização e limita a atratividade turística (e econômica), o que pode levar ao desaparecimento da identidade cultural e histórica, a perda de narrativas, e fragilidade na preservação. Isso encontra consonância no estudo de Trevisan (2018), que por meio de revisão bibliográfica e documental, investiga relações entre a patrimonialização da natureza e sua valorização turística no Parque Nacional do Iguaçu.

Já Cossa (2023) aponta relevância da conservação da natureza além dos atributos ambientais, mas também em termos socioeconômicos e culturais ao analisar a significância do Patrimônio Cultural e Natural do Parque Nacional de Maputo e Parque Nacional do Limpopo. O argumento do autor reforça os estudos de Seixas e Marzulo (2022), ao focar os valores atribuídos ao lugar na análise do contexto de reconhecimento de Tava (Sítio Histórico de São Miguel - RS) e a constituição destes valores.

Por outra vertente Moura *et al.* (2020), a partir das Cartas Patrimoniais pelo método de Análise de conteúdo de depoimentos e entrevistas, aponta para diferentes importâncias a depender do ponto de vista dos atores e suas relações com o lugar destacando que pode afetar estratégias de conservação. O autor ressalta ainda que ao identificar valores culturais atribuídos aos bens naturais “*as interferências nas relações da população do entorno com os fragmentos florestais afeta a percepção da paisagem conforme diferenças de acessos*” (MOURA *et al.*, 2020, p.184).

Neste sentido é possível deduzir que dentro do modo como indivíduo compreende a cidade, devem ser considerados desde a forma como percebe as próprias experiências, se localiza dentro de seu tempo e capta as interrelações sociais, até como interpreta a maneira que

essas relações são afetadas pelo espaço que o rodeia, com ênfase em sua história, ecologia, urbanismo, coletividade ou avanços tecnológicos.

Em síntese, no que tange ao patrimônio cultural dentro das interações com a sociedade e meio ambiente, apresenta-se nas pesquisas expostas, panorama multifacetado que além de depender das práticas espaciais e atores relacionados (e desta maneira molda a percepção da paisagem de acordo com o acesso, vínculos e relações com o ambiente), pode tornar o turismo como idealização urbana, distante da realidade das comunidades lindeiras, ao revelar elementos de discrepância entre a invisibilidade do patrimônio e problemas com importância social.

Observa-se que apesar do avanço nas pesquisas que tangenciam os valores culturais da natureza, ainda há limitações que permeiam as dinâmicas territoriais, sociais e estruturas de poder, o que destaca lacuna na compreensão mais profunda dos fatores que perpassam essas interações.

No enfoque de complementar tal conhecimento, este estudo aborda as relações sociais de territórios, territorialidades, poder, fronteiras e redes em contextos de áreas protegidas, e investiga intersecção destas as definições, e ao acrescentar novas nuances contribui para visão holística dos recursos do Parque Nacional do Iguaçu.

3. O Parque Nacional do Iguaçu como espaço de convergência cultural e sustentabilidade

O Parque Nacional do Iguaçu é uma Unidade de Conservação Federal de Proteção Integral localizado no Oeste Paranaense, faz fronteira com Argentina e abriga a continuidade do corredor verde da Mata Atlântica pelo Parque Nacional Iguazú, ambos declarados como Patrimônio Mundial Natural pela beleza cênica das Cataratas que divide a paisagem dos dois países.

O Parque Nacional do Iguaçu (PNI) tornou-se área de utilidade pública e, em 1939 pelo Decreto No. 1.035, de 10 de janeiro de 1939 oficializou-se sua criação (BRASIL, 1939). Possui como peculiaridade o Cânion das Cataratas com cerca de 200 saltos de água, declarado Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO em 2012 e, eleita uma das 7 Maravilhas Naturais do Mundo (ICMBio, 2018).

Trata-se de uma Unidade de Conservação Federal de Proteção integral, com permissão somente para atividades de educação ambiental, pesquisa e turismo de natureza (ICMBIO, 2018), gerido pelo ICMBIO que é uma autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, e situado sobre o Aquífero Guarani é um importante remanescente da Floresta de Mata Atlântica, porém seus valores culturais ainda pouco conhecidos (ICMBIO, 2020).

A abordagem que tange a importância cultural nas áreas protegidas é um assunto relativamente recente no Brasil (figura 1 a seguir), trazido pela pesquisadora Erika Fernandes-Pinto, em 2015 no fórum VII SAPIS (FERNANDES-PINTO, 2017) e posteriormente em sua tese em 2017. No cenário internacional o tema está em pauta há mais tempo com primeira publicação de alcance global lançada em 1999³, ganha impulso no desenvolvimento da temática a partir de então nos congressos realizados pela IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza) e atualmente organizado pela CSVPA⁴ (Cultural and spiritual values of protected áreas).

Figura 1: **Cronologia da temática - Valores culturais da natureza**



Fonte: IUCN, 2023; PINTO, 2017; ICMBio, 2019; EVG, 2021 – Organização cronológica: dos autores, 2023

Na esfera pública, ações mais robustas iniciaram no ICMBio – Sede (Brasília-DF) a partir da realização Seminário Valores Culturais da Natureza: novos desafios para as Políticas Públicas de Conservação nos dias 2 e 3 de junho de 2019, que reafirmou necessidade do desenvolvimento da temática a fim de fomentar debate sobre perspectiva inovadora da gestão de áreas protegidas. Neste evento o Parque Nacional do Iguaçu apresentou em seu relatório, nuances dos Valores Culturais da Natureza desta Unidade de Conservação. Estas iniciativas trouxeram temática para o ambiente institucional do ICMBio, além de como parte integrante destes esforços, em setembro de 2021 o lançamento do piloto da primeira turma do curso EAD

³ <https://www.unep.org/resources/publication/cultural-and-spiritual-values-biodiversity>

⁴ O Grupo Especialista em Valores Culturais e Espirituais de Áreas Protegidas (CSVPA) é uma rede global de especialistas atuante em mais de 25 países, incluindo profissionais de conservação, profissionais do patrimônio, formuladores de políticas, acadêmicos, representantes governamentais, membros da comunidade, guardiões e representantes de organizações religiosas (IUCN, 2023).

aos servidores do ICMBIO, expandido em 2022 para o público em geral disponível em plataforma digital de forma gratuita⁵.

Em ações do ICMBIO - Parque Nacional do Iguaçu, a participação no seminário em 2019 gerou consequente interesse na temática e resultou em movimento institucional da UC, que em 2021 lançou o primeiro edital para programa de voluntariado Integração de Valores Culturais da Natureza na Gestão de Unidades de Conservação, onde os voluntários desde então trabalham em levantamento histórico-cultural para construção de um relatório diagnóstico. Complementarmente entre 22 a 25 de maio de 2023 foi realizada oficina com atores sociais para apresentação de compilação dos primeiros resultados do trabalho voluntário, bem como dar vozes aos atores e coletar informações complementares, na sede administrativa do PNI.

As ações globais-nacionais e locais, em esferas não governamentais ou públicas demonstram crescente interesse na temática, fundamentada na indissociabilidade das relações entre cultura e natureza e demonstra necessidade da compreensão dos laços que conectam “*pessoas, lugares e natureza*” (FERNANDES-PINTO, 2017).

O reconhecimento da importância cultural das áreas protegidas contribui não apenas para minimizar conflitos socioambientais na sua implementação, mas também para fomentar uma agenda positiva, expandindo alianças e parcerias que ajudam a demonstrar para a sociedade os benefícios dessas áreas e a conquistar o apoio dos grupos sociais a elas relacionados (PINTO, 2017).

É possível compreender, portanto, que ao incluir a voz das comunidades locais, parcerias estratégicas podem emergir para contribuir com o desenvolvimento de visitação turística alinhada (e aliada) aos valores culturais e ambientais da região. O Parque Nacional do Iguaçu pode ilustrar de maneira notável tal contexto no estudo de caso proposto por esta pesquisa. Esta em uma acepção a Creswell (2010, p. 32), quando “o pesquisador explora em profundidade um programa, um fato, uma atividade, um processo ou uma ou mais pessoas”, ao ressaltar o desafio do equilíbrio entre os aspectos econômicos, culturais e ambientais como oportunidade de conscientização e a preservação do patrimônio natural e cultural.

O PNI é o primeiro Parque brasileiro com gestão turística concessionada (PIERONI, 2021), pelas empresas privadas: Urbia, Macuco, Belmont e Helisul, a UC recebeu 1,5 milhões de turistas em 2022 (MACIEL, 2023).

⁵ <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/909>

Deve-se destacar que o principal desafio nesse processo é conseguir o equilíbrio entre as aspirações econômicas crescentes da população e os interesses de longo prazo da conservação da biodiversidade (Terborgh *et al.* 2002, p. 167)

A concessão de parques nacionais permite que empresas privadas gerenciem áreas naturais protegidas. Portanto, entende-se que novas fronteiras são traçadas, o que reconfigura as relações e influencia decisões, o que requer necessidade de entender como esses elementos se entrelaçam e como suas interações moldam a gestão, os interesses, as comunidades, as culturas e as identidades nas áreas protegidas concedidas.

4. Construções culturais e territoriais: reflexões sobre patrimônio, identidade e fronteiras

O Parque Nacional do Iguaçu possui sítios arqueológicos respaldados pelo zoneamento do seu Plano de Manejo de 2018. Porém, algumas estruturas e edificações que fizeram parte da história do PNI e da cidade de Foz do Iguaçu, como por exemplo primeira hidrelétrica fora da capital do Estado do Paraná a Usina do Rio São João, não se encontra espacialmente nos limites desta área abrangida pelo zoneamento. A Usina construída em 1939 e desativada em 1982, dentro de sua importância na memória da eletricidade e pioneirismo, atualmente apresenta sinais de deterioração pelo tempo, depredação e vandalismo.

Neste novo plano (ICMBIO, 2021), há previsões de uso comercial para o espaço da antiga Usina do Rio São João. Entende-se que o uso de edificações consideradas bens do patrimônio cultural trata-se de práticas salutares tanto para práticas de conservação do próprio bem como para a memória preservada e transmitida (CHOAY, 1999). Porém se não há esse reconhecimento, se não há o entendimento de que este (ou outros) imóveis do conjunto de construções do Parque Nacional do Iguaçu possuem importância e valor histórico-cultural coloca-se em risco as edificações mediante intervenções inadequadas, destruição e descaracterização, ou mesmo, pode gerar conflitos entre diferentes grupos com interesses divergentes em relação ao uso e destino do bem.

Esta carência de reconhecimento não apenas compromete a salvaguarda do patrimônio edificado, mas também reverbera de maneira direta na relação simbólica e identitária que as comunidades locais estabelecem com o ambiente. Situação agravada quando observamos a mercantilização do patrimônio imaterial local sem a devida participação das comunidades envolvidas, o que conduz a uma mercantilização descontextualizada, e desvincula os significados culturais e históricos dos produtos comercializados. Neste sentido,

Igualmente fator de vulnerabilidade do projeto, a permissão de exploração comercial do patrimônio imaterial local, sobre a venda de livros, bonecos e outros *souvenirs*, sem o direcionamento de *royalties* aos povos que o teriam de direito também é ponto

controverso pois abre precedentes pela apropriação indevida e exploração não autorizada de elementos do patrimônio imaterial, corroborado por Costa e Silva (2021) que apontam entrecruzamento de conflitos pela apropriação indevida e direitos coletivos intelectuais. (OLIVEIRA, 2023)

A permissão de exploração comercial do patrimônio imaterial local, que embora ofereça oportunidades econômicas, entende-se que pode gerar desequilíbrio das diversas narrativas históricas da região, ausência de autonomia das comunidades sobre suas próprias culturas e resultar na perda de autenticidade e significado cultural, ao dilapidar a riqueza simbólica.

A mercantilização das culturas muitas vezes se dissocia das narrativas e vivências das comunidades (APPADURAI, 1988). Amplia-se deste modo, lacuna entre a visão comercializada e a realidade vivenciada, além de ressaltar a indispensabilidade de considerar a complexa interação entre espaço, cultura, poder e identidade relativos aos impactos sociais subjacentes. Sob panorama desta reflexão, presume-se que a qualificação da mercantilização dentro de seus impactos gerados seja o ponto focal de atenção necessária a fim de evitar prejuízos e consequências indesejáveis.

Ao apontar necessidade da desvinculação da condição de mercadoria, Zanirato (2016) associa os conceitos de patrimônio e sustentabilidade, e destaca os riscos do atual modelo de desenvolvimento ao reconhecer premência da participação social para legitimar e articular políticas públicas de proteção ao patrimônio. A participação social possibilita ao indivíduo gerir a cidade como recurso, e torna-os protagonistas da própria história (FREIRE, 1996) além de trazer conhecimento para mediar e desconfinar a distância do direito à cidade.

Por se tratar de um direito humano coletivo, é possível conjecturar que o direito a cidade – direito da participação plena na vida urbano-rural e de influenciar as decisões sobre o espaço e seus recursos, destaca neste caso a importância do envolvimento social, do reconhecimento do valor histórico-cultural, do equilíbrio entre desenvolvimento e preservação, da autonomia das comunidades e da sustentabilidade – como ferramenta para planejamento urbano e gestão das cidades contribui para materialização através dos processos participativos, e reforça necessidade da dinâmica dos agentes locais para atingir o global através da apropriação de causas de forma horizontal no sinergismo gerador de alianças. E ainda traz à tona a importância do envolvimento social, para criar cidades inclusivas, ao respeitar o valor inestimável da própria cultura.

Os valores que fundamentam a identidade de um grupo são unidades fortes de cultura, evidenciados por traços ou 'patentes' visíveis, portanto, suporte e evidências da cultura, identidade da forma de ser (POUTIGNAT E STREIFF-FERNART, 2011). Com isso, entende-

se que a cultura portanto, embasa a construção da identidade de uma comunidade ou sociedade, ao delinear o modo como as pessoas se veem e se relacionam com o mundo ao seu redor.

Um elo entre os valores culturais de uma comunidade e sua identidade, pode ser expresso por meio de espaços de memória, ao permitir que as pessoas se conectem com suas raízes e compreendam o contexto de sua existência. Esses locais contribuem para preservação da cultura, bem como são centros de educação, reflexão e diálogo intergeracional, promovem valorização e compreensão dos aspectos que contribuíram para formação da identidade.

Neste contexto, torna-se pertinente analisar por exemplo o Espaço de Memória do Parque Nacional do Iguaçu (PNI), elemento que surgiu com objetivo de destacar representação simbólica da história e da identidade da UC, concebido para abranger e equilibrar as múltiplas narrativas presentes no PNI, paradoxalmente demonstra inclinação predominante em direção a matrizes europeias. Este modelo tradicional de museologia e gestão de patrimônios culturais desenvolvido na Europa, influenciou museus em todo o mundo padronizando o modo de coleta de artefatos, exposição e interpretação, com enfoque em público-alvo elitista, por vezes negligenciando comunidades de origem dos próprios artefatos (MACKENZIE, 2009).

Este viés na representação histórica levanta questões sobre a inclusão das diversas camadas culturais, étnicas e sociais que também contribuíram para a formação do parque e de suas narrativas. Neste sentido entende-se, portanto, que pode levar ao risco de marginalizar ou mesmo apagar as contribuições de histórias das comunidades indígenas, locais e outras que mantêm vínculos profundos com o território do Parque. Destaca-se neste contexto, que as dinâmicas de poder subjacentes podem repercutir implicações na percepção pública e na construção de identidades territoriais, levando ao risco de transformar este espaço em um “não lugar”⁶ (AUGÉ, 1994) o que contrapõe o próprio cerne de existência deste espaço, ao legitimar práticas de exploração (e apropriação) ao interpretar que se trata de auxílio e apoio (CARDIN, 2017).

Deduz-se, portanto, que quando não existe compreensão pelos atores sociais, dos valores culturais envolvidos, coloca em risco de destruição, intervenções inadequadas além de se tornar um desafio para a gestão e planejamento. Ressalta-se nesta reflexão que ao perceber um contrato de concessão de 30 anos, emerge reconsiderar a forma de pensar processos e valores que regem este Patrimônio Mundial Natural.

⁶ O conceito de não lugares é apresentado por Marc Augé na obra Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade, onde insere a questão de que se o espaço não é identitário, relacional ou histórico, trata-se, portanto, de um ‘não lugar’.

Harvey (1992), aponta que as mudanças culturais estão interligadas às transformações econômicas e sociais, além de destacar como as identidades culturais e as formas de vida são influenciadas e moldadas pela dinâmica do capitalismo, ainda ressalta que a cultura, juntamente com o capitalismo e a tecnologia, desempenha papel fundamental na reconfiguração das cidades, paisagens e espaços urbanos.

A cultura é a realização de um modo de ser próprio de uma sociedade que constituiu sua história em um espaço, territorializando-o. O modo de fazer e de pensar se explica em expressões que são formas de entender o mundo, e os instrumentos para trabalhar esse mundo são as línguas, as artes, o sistema colonial/ocupação, a religião, a cultura material e imaterial, enfim, valores que constituem uma nação e um povo. (CURY, 2019)

Conforme explorado por Cury (2010), considera-se que os territórios, além do espaço físico, envolvem significados culturais, políticos e sociais, são áreas apropriadas, habitadas, controladas, delimitadas, e as territorialidades referem-se às práticas e interações que ocorrem dentro desses territórios, refletem, portanto, relações de poder também pelos valores culturais dos grupos presentes.

Consoante ao panorama compreende-se que tanto os valores que moldam os comportamentos grupais quanto a cultura e seus signos manifestos perpetuadores de identidade (POUTIGNAT E STREIFF-FERNART, 2011), produzem relações de poder no território com a dominação e, quando simbólico na apropriação (HAESBAERT, 2014). Portanto, deduz-se que os valores culturais ligados ao ambiente natural – paisagens e ecossistemas – influenciam como os territórios são utilizados e conservados, bem como fronteiras são estabelecidas.

As fronteiras que separam os Parques brasileiro e argentino revelam intersecção complexa entre aspectos naturais, culturais e políticos, pois ambos os países além de compartilharem as cataratas, também estão situados em regiões geograficamente distintas, que estabelecem limites territoriais e regem a soberania de cada nação, além da inserção na paisagem que transcende fronteiras e contempla significados culturais e turísticos que superam barreiras nacionais.

Ao analisar essa relação comparativamente com outras fronteiras internacionais que também dividem paisagens de parques nacionais, como os parques Glacier-Waterton entre EUA e Canadá ou os parques nacionais de Virunga entre Ruanda, Uganda e República Democrática do Congo, percebe-se que as fronteiras não são obstáculos rígidos para a natureza e para a cultura. Pois, para além disso, funcionam como zonas de cooperação e intercâmbio, onde a gestão conjunta e a preservação compartilhada podem ocorrer. Mesmo que desafios políticos e

logísticos também estejam presentes, por exemplo como o caso do Proyecto Yaguaretè⁷ (Parque Nacional Iguazú – Argentina) em seu constante engajamento e contribuição com o programa Onças do Iguazu⁸ (PNI - Brasil da rede pró-carnívoros em parceria com ICMBio (CURY, 2010).

Tais aspectos ressaltam como as fronteiras são construções humanas que se entrelaçam com elementos naturais e culturais, desenham tanto a gestão dos parques quanto a experiência dos visitantes, emergem, portanto, nesse contexto questões de soberania, gestão ambiental e identidade cultural, símbolos de separação e conexão entre diferentes grupos e territórios. As fronteiras são fluidas e influenciadas por fatores como migração, comércio e mudanças políticas (CURY, 2010). Bem como, podem ser culturais, étnicas, geográficas, entre outras, e ainda afetam interações entre grupos, fluxos de recursos e na definição da identidade cultural (APPADURAY, 1996).

As conexões entre o ambiente natural, as culturas humanas e as experiências individuais e coletivas se desenrolam nesses territórios interligados. Neste contexto, Harvey (1992) enfatiza como as fronteiras ecológicas e as fronteiras sociais são frequentemente configuradas por dinâmicas capitalistas e políticas que podem levar a desigualdades significativas, não apenas compostas por elementos físicos, conforme aponta o autor, mas também representações da relação de poder entre grupos sociais, que influenciam a forma como as pessoas experimentam, negociam suas identidades e se relacionam com as fronteiras naturais e culturais.

Ao desvendar os mecanismos pelos quais as fronteiras simbólicas de um território são traçadas, mantidas e desafiadas, na compreensão das interações entre poder, cultura e espaço, percebe-se a influência significativa das manifestações simbólicas, da tradição e do território na formação de identidade, pertencimento, vínculos e memória. Damatta (2002), insere o território como prisão que nós mesmos construímos, que produz tradição no poder do contexto e da força das relações sociais, para instituir e legitimar o indivíduo.

Entende-se, portanto, que essas perspectivas evidenciam a interseção complexa entre espaço, cultura e poder, configura formação de identidade, pertencimento, vínculos e memória, e ainda destaca a importância das fronteiras físicas e simbólicas na compreensão desses processos interligados, ou seja, influencia a maneira como as pessoas percebem, interagem e constroem significados em seus territórios, ao conectar os aspectos físicos e simbólicos do ambiente humano.

⁷ <https://proyectoiguarete.org.ar/>

⁸ <https://procarnivoros.org.br/projeto/projeto-oncas-do-iguacu/>

Nesse entrelaçamento das relações humanas com o ambiente e entre si, é possível afirmar que o valor ecológico e cultural, influenciados pelas territorialidades existentes e pelas redes de interesse formatam as sociedades, afetam os lugares que habitamos e influenciam na maneira como o ambiente é preservado. A compreensão dessas inter-relações, trata-se, portanto, de fator chave para contribuir na conservação ambiental, e molda os lugares que habitamos (HARVEY, 1992).

[...] discutir sustentabilidade ambiental é um exercício constante, não somente de conservação da natureza, mas das relações humanas e culturais que serão dum dos sustentáculos do patrimônio em sua essência. (CURY, 2019, p.152)

Seja na proteção de ecossistemas ou à significância simbólica, entende-se que locais com valores culturais inseridos contribuem para a construção de estratégias de conservação mais abrangentes e sensíveis à diversidade de valores presentes em uma determinada região, promove conexão entre pessoas e ambientes naturais, ao incentivar participação comunitária em iniciativas de preservação.

Conjectura-se neste contexto, que a sustentabilidade atue como elo quando considera as perspectivas socio-econômica-culturais. E, deste modo, podem emergir ações sustentáveis implementadas para manter o patrimônio cultural para as gerações futuras além de influenciar decisões, tratados e acordos, a fim de garantir a preservação consciente do espaço ao longo do tempo e abraçar diversidade de visões.

O território abordado nesta pesquisa, também marcado por conflituosidades regionais entre as populações que nele residem e/ou ali residiram, assim como suas desterritorializações, apresenta relações de posse e jurisdição que são mediadas pelo poder de soberania do governo central. Nesse sentido, as ideias de Henri Lefebvre (2001), expostas em "O Direito à Cidade", embasam compreensão de como o poder se reflete no espaço urbano, e abrange questões de propriedade e controle territorial. Novamente Cury (2019) nos lembra que “O território é uma compartimentação do espaço e define pelas relações de poder. É concebido pelas distintas relações de poder, seja físico-material, cultural ou simbólico (CURY, 2019, p.150)

Sob essa perspectiva, levantam-se inquietações sobre os princípios fundamentais da conservação e do patrimônio cultural, que permeiam a gestão de áreas protegidas concessionadas, e leva, portanto, a paisagem a transcender sua dimensão puramente estética para adquirir um valor comercial, onde influencia a tomada de decisões em prol do desenvolvimento econômico.

Dentro dessa esfera, as dinâmicas de historicidade territorial convergem nas comunidades locais, as quais manifestam relações de poder ambivalentes. Estas podem ser interpretadas à luz das contribuições de Bourdieu (2011) sobre o poder simbólico, a cultura e a construção das identidades culturais, ao passo que em outras ocasiões, há um alijamento do poder, frequentemente vinculado à violação do patrimônio imaterial das comunidades do entorno do Parque Nacional do Iguaçu. Além de que, a circulação global de mercadorias e ideias, afetam as culturas locais, e inclui questões de direitos coletivos intelectuais, conforme apontado por Appadurai (1996).

Entende-se, portanto, que este território também do indivíduo, com múltiplas relações de poder representa em sua historicidade, relações de poder político-econômico-culturais que o definem através de sua natureza única como território, nas conflituosidades imprimidas em suas memórias e narrativas, buscam o poder e a territorialização do não esquecimento.

5. Considerações finais

Revela-se a partir do panorama apresentado, a importância do reconhecimento e valorização do patrimônio cultural, da história e das raízes de uma comunidade para a conservação ambiental. Portanto, ao compreender este papel na gestão das UC's destaca-se a interdependência entre aspectos físicos e simbólicos, como valores ecológicos e territoriais embasado na sustentabilidade, que atua como elo ao conectar diferentes atores e contextos.

Ao refletir sobre a necessidade de equilibrar aspectos econômicos, culturais e ambientais, em especial ao que tange o novo plano de concessão que busca ampliar a visitação turística, evita-se a mercantilização desqualificada da cultura.

Percebe-se, portanto, que a preservação vai além dos atributos ambientais, e envolve aspectos culturais e históricos, delineados por fronteiras – naturais e culturais – e representam poder que influencia na construção das identidades. A valorização dos elementos materiais e imateriais do patrimônio contribui para evitar a perda de narrativas e identidades, e resguardar a memória das comunidades locais, o que conduz à compreensão da intrincada relação que une pessoas, cultura e paisagem.

Este panorama permite reflexões que podem contribuir para um futuro no qual as histórias passadas e as necessidades presentes coexistem em equilíbrio, na construção de um futuro ambientalmente saudável e culturalmente enriquecedor.

O Parque Nacional do Iguaçu trata-se deste modo, de testemunho tangível do patrimônio cultural, quando une elementos materiais e imateriais que contam a história da região, o que impulsiona busca pela conservação não apenas como uma prática científica, mas como compromisso com a preservação das identidades enraizadas em sua história e cultura, forma teia de significados, práticas e crenças que realçam a relação das sociedades com o ambiente natural.

Ao correlacionar nas análises acima conjectura-se que tal movimento, poderia se tornar ferramenta para valorização das comunidades do entorno, fomento positivo na economia e turismo regional bem como auxílio na conservação do ecossistema do Parque Nacional do Iguaçu. E neste contexto entende-se que o estímulo à salvaguarda do patrimônio incentiva a documentação e pesquisa, enriquece a educação e cultura, elementos importantes para desenvolver políticas públicas de preservação.

Por fim, essas reflexões traduzem resultados em contribuições para a sociedade pela discussão de temas sensíveis da realidade deste território através da abertura de diálogo e da visão multidisciplinar. Permitem olhar para o Parque Nacional do Iguaçu, reconhecendo seu potencial ao ressaltar que a valorização do patrimônio cultural não apenas enriquece a experiência desses espaços, mas também contribui para a construção de identidades, promove a conscientização ambiental e fortalece os laços sociais.

Referências

- ADORNO, T. W. O ensaio como forma. In: ADORNO, T. W. *Notas de literatura*. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 15-45.
- APPADURAI, A. *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective*. 1. ed. Inglaterra: Cambridge University Press, 1988.
- APPADURAI, A. *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. 1. ed. Minnesota: University of Minnesota Press, 1996.
- AUGÉ, M. *Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 18. ed. [S.l.]: Papirus, 1994.
- BERTALANFFY, L. V. *Teoria Geral dos Sistemas: Fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. 5ª ed. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2010. 360 p.
- BNDES. *Hub de projetos - Perfis Setoriais (Parques)*, 2023. Disponível em: <https://hubdeprojetos.bndes.gov.br/pt/setores/Parques#0>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- BORDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2011.
- BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade. *Planalto.gov.br*, 10 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 18 jan. 2020.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 18 jan. 2021.

BRASIL. Lei n. 12.933, de 26 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 27 dez. 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112933.htm. Acesso em: 15 ago. 2023.

BUCHE, P. Qual é maior: o parque nacional argentino ou o brasileiro? *100 fronteiras*, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://100fronteiras.com/brasil/noticia/qual-e-maior-o-parque-nacional-argentino-ou-o-brasileiro/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CARDIN, E. G. Estado, trabalho e capitalismo nas fronteiras. *Espaço temático: fronteira, migrações, direitos sociais e serviço social*, Florianópolis, mai/ago 2017. p. 305-312.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

COELHO, T. *A construção do sentido na arquitetura*. São Paulo: Perspectivas, 2014. p. 97-102.

COSSA, C. S. S. Contributo dos Parques e Reservas Nacionais para o estudo do património cultural e natural: estudo sobre o Parque Nacional de Maputo e Parque Nacional do Limpopo. Universidade Eduardo Mondlane (monografia), Maputo (Moçambique), 2023. Disponível em: <http://monografias.uem.mz/bitstream/123456789/3109/1/2023%20%20-%20%20Cossa%2c%20Carla%20Saiva%20Santos%20.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

COSTA, R. V.; SILVA, F. A. B. D. Os usos do registro do patrimônio cultural imaterial para reconhecimento de direitos intelectuais coletivos: o que dizem os processos administrativos do Iphan sobre o livro dos saberes. In: IPEA *Direito e Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2021. p. 193-219. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/210414_direitos_politicos_culturais_cap_6.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre - RS: Artmed, 2007.

CURY, M. J. F. Territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI): interconexões, interdependências, interpenetrações nas cidades da tríplice fronteira - Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR). UFPR (tese), Curitiba-PR, 2010.

CURY, M. J. F. As territorialidades do turismo e o patrimônio: Brasil, Paraguai e Argentina. In: CURY, M. J. F.; MAGNANI, E.; CARVALHO, R. D. C. P. D. *Ambiente e território: abordagens e transformações sociais*. 1. ed. Londrina: Madrepérola, 2019.

DAMATTA, R. A mão visível do Estado: notas sobre o significado cultural dos documentos na sociedade brasileira. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 99, 2002. p. 37-64.

FERNANDES-PINTO, E. Sítios Naturais Sagrados do Brasil: inspirações para o reencantamento das áreas protegidas. URFJ (tese), Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2017_DOUT_Erika_Fernandes-Pinto-1.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

FILHO, L. G. B. Parque Nacional Serra da Capivara e gestão interdisciplinar das narrativas do patrimônio cultural. *Revista de pesquisa histórica CLIO*, Recife - PE, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/viewFile/24426/19765>. Acesso em: 15 ago. 2023.

- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*. 1. ed. São Paulo: Paz e terra, 1996.
- HAESBAERT, R. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HARVEY, D. *The Condition of Postmodernity*. 1. ed. [S.l.]: Wiley-Blackwell, 1992.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997.
- ICMBIO. *Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu*. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Brasília - DF, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-do-iguacu/arquivos/plano_de_manejo_do_parna_do_iguacu_fevereiro_2018.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.
- ICMBIO. *Parque Nacional do Iguaçu*. ICMBio - PARNA Iguaçu, Foz do Iguaçu - PR, 2020. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/parnaiguacu/>.
- ICMBIO. Edital de Concorrência nº 03/2021 - PARNA do Iguaçu. Ministério do Meio Ambiente - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 30 dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes/concorrenca/2021/edital-de-concorrenca-no-03-2021-parna-do-iguacu-errata-1-2021-versao-atualizada-30-12-2021>. Acesso em: 22 set. 2022.
- IUCN. *Cultural and spiritual values of protected areas*. CVSPA, 2013. Disponível em: <https://csvpa.org/tag/iucn/>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- KARPINSKI, C. Patrimônio natural, documentação e pesquisa. *SciELO Brasil*, set-dez 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/g9FCYpfXpDFthydvWCY5qMb/#>. Acesso em: 16 ago. 2023.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5ª ed. São Paulo: Editora Centauro, 2001.
- MACIEL, V. Parque Nacional do Iguaçu recebe quase 1,5 milhão de pessoas e dobra número de visitas em 2022, 06 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/parque-nacional-do-iguacu-recebe-quase-1-5-milhao-de-pessoas-e-dobra-numero-de-visitas-em-2022>. Acesso em: 17 mar. 2023.
- MACKENZIE, J. M. *Museums and Empire: natural history, human cultures and colonial identities*. Manchester: Manchester University Press, 2009.
- MITCHELL, D. *The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space*. [S.l.]: Guilford Publications, 2003.
- MOURA, C. H. R. et al. Natureza e Patrimônio: os valores culturais do fragmento florestal do Parque Estadual Dois Irmãos e do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engenho Uchôa (Pernambuco). *Revista Brasileira de Meio Ambiente*, v. 8, 2020. p. 176-193. Disponível em: <https://revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/431>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- MUROS, A. E. S. *Arquitetura para autonomia: ativando territórios educadores*, São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Arquitetura_Autonomia.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.
- OLIVEIRA, M. Espaço da Memória das Cataratas é nova atração no Parque Nacional do Iguaçu. *Trilhas e Aventuras*, 3 jan. 2015. Disponível em:

<https://www.trilhaseaventuras.com.br/espaco-da-memoria-das-cataratas-no-parque-nacional-do-iguacu/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

OLIVEIRA, T. D. Parque Nacional do Iguaçu e a Nova Ferroeste: potenciais consequências do megaprojeto de infraestrutura ferroviária. UNIOESTE (dissertação), Foz do Iguaçu, 2023. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6737>. Acesso em: 15 ago. 2023.

ONU. Compreendendo as dimensões do desenvolvimento sustentável (vídeo). *Nações Unidas Brasil*, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pZ2RsinirlA>. Acesso em: 8 jan. 2021.

PIERONI, F. Por que concessão do Parque Nacional do Iguaçu é um marco. *Veja*, 05 abril 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/concessao-do-parque-nacional-do-iguacu-e-marco-para-conservacao-ambiental/#:~:text=Esse%20Patrim%C3%B4nio%20Mundial%20Natural%20reconhecido,de%20dois%20milh%C3%B5es%20de%20visitantes..>

PINTO, É. F. Seminário valores culturais da natureza: novos desafios para as políticas públicas de conservação. Brasília, DF: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=54fZivAG6nU&list=PLopDAICigSa5GJTtSy-450yrY7pIq1kMq>. Acesso em: 29 nov. 2022.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade - Seguindo de "Grupos étnicos e suas fronteiras", de Frederik Barth*. 2. ed. [S.l.]: UNESP, 2011.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, U. et al. Valores históricos e culturais da natureza no Parque Nacional do Iguaçu/PR. Brasília, DF: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PIk4-swRB3Y&t=361s>. Acesso em: 29 nov. 2022.

SEIXAS, A. L. J. D.; MARZULO, E. P. Os valores do patrimônio cultural: reflexão sobre a Tava/Sítio Histórico de São Miguel (RS). *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 23, abr. 2022. p. 30-60. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/121177/84750>. Acesso em: 16 ago. 2023.

TERBORGH, J. et al. (org.). *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. UFPR / Fundação O Boticário, Curitiba, 2002.

TREVISAN, F. L. O patrimônio mundial natural e a produção de destinos turísticos no Brasil: Parque Nacional do Iguaçu (PR). UNICAMP (tese), Campinas - SP, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Thais/Downloads/Trevisan_FernandaLodi_D.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.

URRY, J. *The tourist gaze*. 2. ed. [S.l.]: Sage Publications, 2002.

VIEIRA, A. C. M. Memória e paisagem: olhar(es) sobre o patrimônio cultural turístico - Parque Nacional da Tijuca (RJ). UNIRIO (dissertação), Rio de Janeiro - RJ, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12283/Dissertação%20Ana%20Carolina%20Maciel%20Vieira%20MAR2013%20ATA322.pdf?sequence=1>.

ZANIRATO, S. H. Patrimônio cultural e sustentabilidade: uma associação plausível? *Revista Confluências Culturais*, v. 5, set. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Thais/Downloads/Dialnet-PatrimonioCulturalESustentabilidade-5828769.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

Dinámicas territoriales y sostenibilidad: el papel del patrimonio cultural en el Parque Nacional Iguazú

Resumen

El artículo "Dinámicas territoriales y sostenibilidad: el papel del patrimonio cultural en el Parque Nacional Iguazú" tiene como objetivo explorar las interacciones entre el patrimonio cultural, el entorno natural y la sociedad en el contexto de las áreas protegidas. La investigación se centra en el Parque Nacional Iguazú, analizando cómo la percepción y el reconocimiento de los valores culturales contribuyen a la conservación ambiental. La metodología se basa en un ensayo teórico, utilizando una revisión de la literatura con un enfoque interdisciplinario que abarca áreas como la geografía, la cultura, la antropología y el urbanismo. Los resultados destacan la importancia de los valores culturales en la eficacia de las estrategias de conservación y en el bienestar de las comunidades involucradas, revelando que la gestión sostenible del parque puede beneficiarse de la integración de narrativas culturales. La investigación fomenta discusiones sobre la coexistencia sostenible y la concienciación pública, mostrando que la valorización del patrimonio cultural puede fortalecer los lazos sociales y enriquecer la experiencia de los visitantes, además de proporcionar una comprensión más rica y conectada del patrimonio natural y cultural global.

Palabras clave: Patrimonio cultural; Parque Nacional Iguazú; Sostenibilidad; Territorio; Unidades de Conservación.

Territorial dynamics and sustainability: the role of cultural heritage in Iguazu National Park

Abstract

The article "Territorial dynamics and sustainability: the role of cultural heritage in Iguazu National Park" aims to explore the interactions between cultural heritage, natural environment, and society within the context of protected areas. The research focuses on Iguazu National Park, analyzing how the perception and recognition of cultural values contribute to environmental conservation. The methodology is based on a theoretical essay, using a literature review with an interdisciplinary approach, encompassing areas such as geography, culture, anthropology, and urbanism. The results highlight the importance of cultural values in the effectiveness of conservation strategies and the well-being of the communities involved, revealing that the sustainable management of the park can benefit from the integration of cultural narratives. The research promotes discussions on sustainable coexistence and public awareness, showing that the appreciation of cultural heritage can strengthen social ties and enrich the visitor experience, providing a richer and more connected understanding of global natural and cultural heritage.

Keywords: Cultural heritage; Iguazu National Park; Sustainability; Territory; Conservation Units.

Dynamiques territoriales et durabilité : le rôle du patrimoine culturel dans le Parc National d'Iguaçu

Résumé

L'article "Dynamiques territoriales et durabilité : le rôle du patrimoine culturel dans le Parc National d'Iguaçu" a pour objectif d'explorer les interactions entre le patrimoine culturel, l'environnement naturel et la société dans le contexte des zones protégées. La recherche se concentre sur le Parc National d'Iguaçu, en analysant comment la perception et la reconnaissance des valeurs culturelles contribuent à la conservation de l'environnement. La méthodologie repose sur un essai théorique, utilisant une revue de la littérature avec une approche interdisciplinaire, englobant des domaines tels que la géographie, la culture, l'anthropologie et l'urbanisme. Les résultats soulignent l'importance des valeurs culturelles dans l'efficacité des stratégies de conservation et le bien-être des communautés impliquées, révélant que la gestion durable du parc peut bénéficier de l'intégration des récits culturels. La recherche favorise les discussions sur la coexistence durable et la sensibilisation du public, montrant que la valorisation du patrimoine culturel peut renforcer les liens sociaux et enrichir l'expérience des visiteurs, tout en offrant une compréhension plus riche et plus connectée du patrimoine naturel et culturel mondial.

Mots-clés: Patrimoine culturel ; Parc National d'Iguaçu ; Durabilité ; Territoire ; Unités de Conservation.